



RESUMOS APROVADOS

GT 3 – DIREITOS E POLÍTICAS: PERSPECTIVAS ETNOGRÁFICAS

Sessão 1 – 07/11

Coordenadora: Tiemi Kayamori Lobato da Costa (Doutoranda-PPGA/UFPR)

Debatedora: Ciméa B. Bevilaqua (PPGA/UFPR)

Luanne da Cruz Carrion

UFPR – Apresentação Oral

“Não é só sapatilha que pisa esse chão” – Ações Afirmativas na Casa Hoffmann

O cenário urbano da cidade de Curitiba muito tem a revelar acerca da forma como os indivíduos se relacionam, pois as práticas cotidianas estão permeadas de valores que, por sua vez, são capazes de recodificar o espaço e o tempo. Neste sentido, o presente ensaio tem como objetivo refletir acerca destes (re)significados através das narrativas de artistas cuja participação ativa em grupos afirmativos, soma como um alicerce para a compreensão de um modo específico de ocupação de um espaço público, a Casa Hoffmann.

A Casa Hoffmann - Centro de Estudos do Movimento, é um órgão da Fundação Cultural de Curitiba, e está localizada no Centro Histórico da cidade, mais especificamente o Largo da Ordem onde existem outros espaços culturais e prédios tombados. Diversas atividades ligadas ao teatro, à música e principalmente à dança acontecem diariamente lá. Entretanto, nem sempre foi assim. Sua história é marcada por processos que reforçam ou foram reforçados pela eminente ocupação de artistas ligados a expressões de arte clássica, mas se reconstitui ao abrigar atualmente projetos como o “Pontes Móveis em travessias Afro Contemporâneas - Danças Afro-Brasileiras”, que pretende recuperar uma memória negligenciada por estes mesmos processos históricos, contribuindo para o reconhecimento de determinadas demandas socioculturais.

A pergunta central aqui é: quais políticas são articuladas levando em consideração a presença e ocupação de grupos afirmativos em um espaço que lhes fora historicamente negado? Os desdobramentos da pergunta e suas possíveis respostas levam a maiores questionamentos acerca de como se produzem identidades, conhecimentos, e essas próprias políticas. Sobretudo, nos levam também a pensar sobre produção de memórias e lugares.

Para melhor desenvolvimento do que se sugere, foi realizada entrevista com alguns artistas responsáveis pela aplicação e desenvolvimento do projeto Pontes Móveis, além de pesquisa documental e observação participante.

Palavras-chave: Ações Afirmativas; Danças Afro-Brasileiras; Memória.

Judit Gomes da Silva

UFPR - Apresentação Oral

Uma reflexão sobre reconhecimento e mecanismos de controle para a efetivação do acesso à universidade via ações afirmativas

Esta proposta busca refletir sobre a produção de direitos ao ingresso à universidade, via ações afirmativas, concomitantemente com a produção de mecanismos de controle. A etnografia traz à discussão, a partir dos modelos adotados pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o direito do(a) candidato(a) de reconhecer-se por meio da autodeclaração e, por outro lado, o direito da instância estatal de validar tal instrumento pela verificação fenotípica para autodeclarados(as) negros(as) e verificação de pertencimento para autodeclarados(as) indígenas e quilombolas. O material aqui utilizado foi coletado a partir de documentos e das gravações das reuniões do Conselho Universitário que trataram dessa política no período de 2012 a 2017. A UFSC implementou um Programa de Ações Afirmativas (PAA) em 2007, com reserva de vagas para negros(as), egressos de escolas públicas e vagas suplementares para indígenas; em 2015 esse programa incluiu também vagas suplementares para quilombolas. Entretanto, em 2012 a edição da Lei Federal 12.711/12 universalizou uma política de reserva de vagas nas instituições federais de ensino médio e superior. Embora ambas as políticas tratassem de perfis semelhantes – pretos(as), pardos(as) e indígenas (PPI) pela lei federal; e negros(as) e indígenas pelo PAA – seus critérios e mecanismos de controle para o ingresso do(a) estudante à universidade eram distintos. Desde então, a definição do método adequado para a efetivação desse ingresso suscitou debates e deliberações no Conselho Universitário da UFSC. Veremos como as ênfases dadas nas perspectivas do direito ao reconhecimento e na do direito ao controle institucional produziram resultados diversos em diferentes períodos.

Palavras-chave: Direito; Mecanismos de Controle; Ações Afirmativas.

Tautê Frederico Gallardo Marciel de Oliveira

UFPR - Apresentação Oral

Projeto Encontro de Saberes na UnB: viabilidade de diálogos interepistêmicos

O objetivo deste trabalho é analisar o projeto Encontro de Saberes na UnB, fruto de uma conjuntura político-acadêmica de fomento científico aos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs). Este se propõe a estabelecer um diálogo entre as denominadas ciências ou epistemologias ocidentais e as epistemologias do Sul, ou saberes populares e tradicionais, por intermédio de uma disciplina acadêmica em que os mestres atuam ministrando aulas na condição de professores visitantes em parceria com os professores da instituição. Nosso escopo é compreender como ocorreu o estabelecimento institucional da proposta, particularmente na Universidade de Brasília, sua gênese étnico-racial e cultural; a articulação supra-acadêmica facultada pelo INCTI para enraizamento da proposta. Para interpretar este processo nos valem de entrevistas com os coordenadores, da participação em eventos de divulgação e avaliação, bem como da análise de editais, portarias e documentos de aporte financeiro, concernentes ao Encontro de Saberes.

Palavras-chave: Encontro de Saberes; INCTI; Diálogo de Epistemologias; UnB.

Sessão 2 – 08/11

Coordenadora: Tiemi Kayamori Lobato da Costa (Doutoranda-PPGA/UFPR)

Debatedora: Ciméa B. Bevilaqua (PPGA/UFPR)

Emerson Handa

UFPR - Apresentação Oral

Antropologia do Estado e o estado de refúgio no Brasil

O presente trabalho científico tem como objetivo uma breve etnografia com refugiados e a relação com o Estado Brasileiro diante da perspectiva de uma migrante cubana na cidade de Curitiba e as peripécias quanto às necessidades burocráticas de sua legalização e suas consequências. O ponto de partida é a procura por

refúgio no país e as burocracias que envolvem o processo de legalização ou a condição de “ilegal” em território nacional. Posteriormente, o relato do caso concreto, abordando as necessidades específicas em contraponto com a legislação vigente, processos administrativos estatais e seus respectivos prazos. Além disso, se questiona os prazos estatais de acordo com o “estar” ou “ser” migrante com o pedido de refúgio ainda em andamento. Por fim, algumas considerações finais refletindo a problemática sob a visão da Antropologia do Estado.

Palavras-chave: Antropologia do Estado; Burocracia; Refúgio.

Marcos Alfonso Spiess

UFPR - Apresentação Oral

O direito em disputa: instituições públicas e definições do que é direito em um processo judicial

Com base na análise de um processo judicial que buscou impedir a criação da primeira turma de graduação em direito para beneficiários da Reforma Agrária, este trabalho se propõe a analisar os discursos que apresentaram definições do que é o direito dentro dessa disputa judicial. O processo em questão é uma Ação Civil Pública, ajuizada em 2008 pelo Ministério Público Federal (MPF) contra a Universidade Federal de Goiás (UFG) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), e que tinha por objetivo extinguir a oferta de educação jurídica à camponeses, projeto este desenvolvido com base nas políticas de Educação do Campo e vinculado ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Na disputa judicial, protagonizada pelas três instituições públicas (MPF, UFG e Incra), definições do que é o direito são apresentadas, ora por oposição ora por aproximação, a outras categorias, tais como trabalho, rural, urbano e conhecimento/intelectualidade. Nossa reflexão será realizada em três momentos: primeiro, apresentaremos a criação da Turma Evandro Lins e Silva, primeira turma de direito pelo Pronera, dando ênfase às controvérsias oriundas desse projeto; em seguida, apontaremos as definições do que seria o direito utilizadas pelo MPF, pela UFG e pelo Incra a fim de justificarem seus argumentos no processo de Ação Civil Pública; por fim, problematizaremos essas definições de direito a partir das dualidades rural/urbano e trabalho intelectual/trabalho manual. Ao final, espera-se evidenciar que ao permitir que camponeses acessassem o conhecimento jurídico tanto o direito quanto o campo passaram a ter suas identidades questionadas e ressignificadas.

Palavras-chave: Direito; Ruralidades; Educação do Campo.

Juliane Bazzo

UFRGS - Apresentação Oral

A agência do conceito de bullying no debate brasileiro sobre gênero: reflexões baseadas em uma etnografia multissituada

Estabelecido como construto científico no final dos anos 70 por Dan Olweus, pesquisador do campo da psicologia na Universidade de Bergen (Noruega), o bullying espalhou-se mundialmente desde então, na função de nomear práticas de intimidação repetitivas entre pares, especialmente nos ambientes escolares. No Brasil, o termo conquista enorme popularidade a partir dos anos 2000. Minha tese de doutorado em andamento problematiza etnograficamente como o conceito de bullying vem informando, no cenário brasileiro contemporâneo, a dinâmica dos espaços educacionais, a realização de pesquisas científicas, a elaboração de políticas públicas, a cobertura midiática e a concepção de novos produtos oferecidos pelo mercado. Em todos esses contextos, a noção de bullying, em um sentido foucaultiano, desponta a um só tempo como um conhecimento científico, uma técnica de governo e um mecanismo gerador de novas subjetividades. Nesta comunicação, objetivo refletir especificamente acerca da emergência do conceito de bullying no tenso debate sobre gênero que tem se delineado na realidade brasileira. Para tanto, utilizarei dois casos etnográficos. No primeiro, analisarei a significância da aceção de bullying nas lutas da população transgênero por direitos e contra a discriminação, à luz de uma perspectiva interseccional. No segundo, abordarei as contradições que permeiam a promulgação da lei nacional antibullying no final de 2015, em meio a sucessivos vetos legais às discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas brasileiras.

Palavras-chave: Bullying; Gênero; Etnografia.

Daniele Santos

UFPR - Apresentação Oral

Os entrecruzamentos da história e da pesquisa etnográfica: um estudo sobre os tuberculosos do Sanatório Médico Cirúrgico do Portão (1947)

O presente resumo é fruto de uma pesquisa que vem sendo realizada na área de história da medicina no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Nesse sentido, o panorama que apresentaremos diz respeito ao grupo de tuberculosos que viveram no Hospital do Trabalhador – antigo Sanatório Médico Cirúrgico do Portão – no ano de sua fundação: 1947. Nosso principal objetivo é pensar nas políticas públicas que foram desenvolvidas para a inauguração da instituição em questão, bem como as políticas de isolamento que se tornaram realidade na gestão do governador Moyses Lupion (1947-1950), cuja construção atingiu uma área de 465 mil m². Para tanto, faremos uso do registro dessas políticas – disponíveis no Arquivo Público do Paraná – bem como as reflexões de Eisenberg (1977); Kleinman (1988); além de Foucault e a sua ideia de biopoder e biopolítica, o qual será a chave de partida para a pesquisa em questão. A noção de pária, desenvolvida por Varikas (2014), também nos será fundamental. Todas as abordagens citadas têm um ponto em comum: trazer ao centro a forma de tratamento desse grupo social. Ou seja, a doença como forma de estigmatização e diferenciação social. Sendo assim, nosso interesse é reconstruir uma comunidade que vivera isolada por vários anos no então bairro pouco habitado do Portão e que, com hábitos específicos, era submetido a um regimento que considerava a tuberculose como anormalidade e falta de higiene, alimentação e moradia adequadas. Por fim, como resultado deste estudo, consideramos que as políticas públicas estão ligadas com a noção do mundo do trabalho – pelo biopoder que é a recusa à doença, tendo em vista a modernidade; isto é, o dito progresso não deveria ser pausado, o que faz com que se considerasse os indivíduos aptos e saudáveis para a consolidação da novidade moderna do século XX.

Palavras-chave: Sanatório Médico Cirúrgico do Portão; Pesquisa Etnográfica-Histórica; Tuberculosos.

Pamela de Gracia Paiva

Universidade Tuiuti do Paraná – Apresentação de Painel/Pôster

Relatos de mulheres encarceradas: cartas e entrevistas

O sistema penitenciário do Brasil, aliado às questões que envolvem as mulheres privadas de liberdade em estabelecimentos penais são temas que geram poucos debates na sociedade, e quando ganham alguma repercussão o debate gira em torno do aprisionamento masculino, deixando as mulheres encarceradas esquecidas no breu, sendo assim o que se propõe é dar voz a elas, dar ouvidos as suas histórias. Tirando-as do silêncio e da invisibilidade. Dessa forma o objetivo desse trabalho é analisar as causas do abandono familiar e a invisibilidade das mulheres encarceradas e se estes pontos estão relacionados à questão de gênero, sendo uma forma de puni-las, socialmente, pelo crime praticado. O questionamento que se faz é: seria a invisibilidade e o abandono mais uma forma de punir as mulheres que cometeram algum ato criminoso? Para encaminhar este trabalho no sentido de responder à problemática proposta utilizar-se-á as seguintes fontes: relatórios que visam trazer dados sobre o sistema carcerário no Brasil e o perfil dessa população que está atrás das grades, cartas e entrevistas orais que foram concedidas por mulheres que se encontram cumprindo pena no sistema prisional entre os anos de 2004 a 2014, além de dados coletados na própria unidade prisional sobre o perfil da presa do semiaberto. Ressalta-se que sobre as entrevistas orais o nome das mulheres será ocultado, e serão tratadas como: Encarcerada 1, Encarcerada 2 e Encarcerada 3. Com a ajuda dos teóricos Michel Foucault e Michelle Perrot promover-se-á a discussão sobre algumas subjetividades que acompanham o aprisionamento feminino como a invisibilidade das mulheres que (sobre)vivem nesses espaços, assim como o abandono, sobretudo por parte dos parceiros e familiares a que são submetidas, tornando-se invisíveis para uma grande parcela da sociedade. A metodologia adotada para desenvolver essa pesquisa foi a da história oral, utilizando-se Paul Thompson e Verena Alberti como teóricos. Dessa forma foram entrevistadas três mulheres que cumprem o restante de suas penas com o uso da tornozeleira eletrônica, tais entrevistas foram transcritas pela pesquisadora e trazem consigo diversas informações a respeito do cárcere e do quanto essas mulheres se sentem invisíveis e abandonadas, além das entrevistas foram obtidas algumas cartas que revelam o mesmo sentimento de abandono, pois as mulheres quando são presas dificilmente recebem visitas, o sentimento que há é de vergonha quando uma mulher é presa, pois esta descumpriu os papéis tradicionais de gênero, ela deixou a casa, o espaço privado e o cuidado e zelo com os filhos e marido, passou para o espaço público que sempre lhe foi negado e

delinuiu, foi violenta, e desobediente, sendo assim é imposto a ela não apenas a pena jurídica, que se refere aos anos que será privada de sua liberdade, como também a pena social, o distanciamento dos familiares, as privações, e violências físicas e simbólicas dentro do cárcere, sua desumanização e padronização, como colocado por Erving Goffman, a mortificação do seu Eu.

Palavras-Chave: Mulheres, Sistema Penitenciário, Abandono.